

The logo for SINDILEX, featuring the word in a bold, sans-serif font. The 'S' is white and set against a red rectangular background, while the remaining letters 'INDILEX' are black.

Fique por dentro

19 de dezembro de 2025 | nº 129

Diretoria do Sindilex participa da Missa de Natal no TCMSP



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Sinafresp disponibiliza ferramenta digital contra a Reforma Administrativa
- Senado aprova Descongelamento com ampla maioria
- Pesquisa Vox Populi: 70% defendem sindicatos e direito de greve

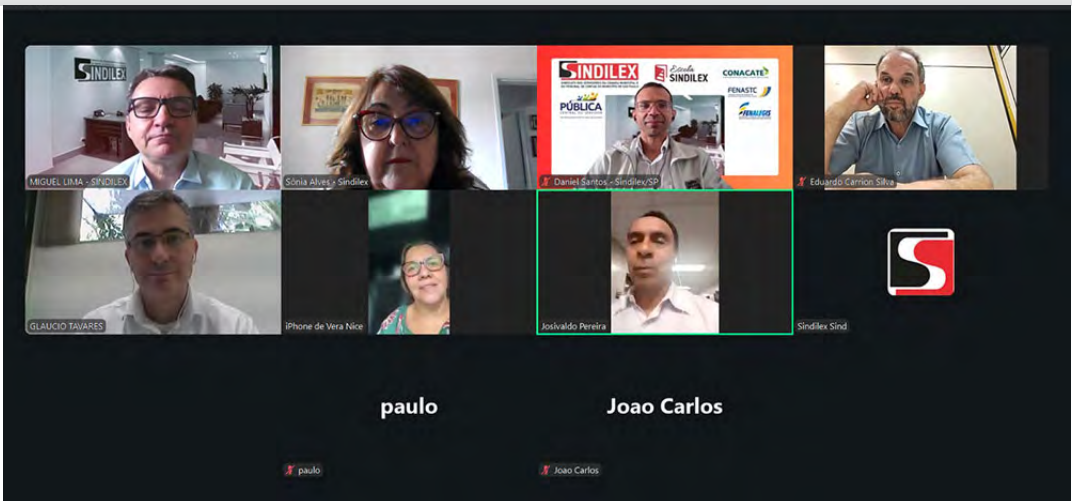
AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

SEGUNDA

8 DE DEZEMBRO

Reunião da Comissão Paritária

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos, a diretora de comunicação Sônia Alves e o diretor de esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da Comissão Paritária Mista de Negociação Permanente (CPMNP), em que debateram os pontos pendentes, em andamento ou negados da pauta de reivindicações da Data Base.



Reunião da Diretoria

Sob a coordenação do presidente Miguel Lima, a diretoria do Sindilex assistiu à exposição dos pontos pendentes, em andamento ou negados da pauta de reivindicações da Data Base e debateu alguns encaminhamentos.



Visita ao TCM

O vice-presidente Daniel Santos e o secretário-geral Marcos Alcyр estiveram no TCM articulando pontos da pauta de reivindicações da Data Base 2025 junto a autoridades e servidores.

AGENDA NO TCM

9h30

Missa de Natal

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos, o secretário-geral Marcos Alcyр e a diretora jurídica Anne Melnikoff participaram da Missa de Natal, celebrada pelo arcebispo metropolitano de São Paulo, cardeal Dom Odilo Pedro Scherer.



Plantão no TCM

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos, o secretário-geral Marcos Alcyr e a diretora jurídica Anne Melnikoff estiveram em plantão no TCM, dialogando com autoridades e servidores sobre a pauta de reivindicações da Data Base 2025. No período da tarde, também acompanharam a Sessão Plenária do TCM.

QUINTA

11 DE DEZEMBRO

9h

Auditoria Cidadã da Dívida

A diretora de comunicação Sônia Alves participou da reunião do Conselho Político da ACD (online) que definiu confeccionar um folheto com informações sobre a ligação da dívida pública com os tetos de gastos e as Reformas que prejudicam os servidores e a população.

11h

Reunião da Diretoria da Pública

O presidente Miguel Lima e a diretora de Comunicação, Sônia Alves, participaram da reunião semanal da Pública, que debateu a seguinte pauta resumida:

- 1. Informações gerais sobre o projeto de Reforma Administrativa;
- 2. Visita aos deputados em sua base estadual;
- 3. Manifestação nos aeroportos;
- 4. Manifestação nos grupos e na mídia.



Seminário da AudTCMSP

O vice-presidente Daniel Santos, o secretário-geral Marcos Alcy e a diretora jurídica Anne Melnikoff participaram do Seminário da AudTCMSP, sediado no Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP).



Reunião da Conacate

O presidente Miguel Lima e o vice-presidente Daniel Santos participaram da reunião semanal da Conacate que, sob a coordenação do presidente e diretor do Sindilex, Antônio Carlos Fernandes, debateu a seguinte pauta resumida:

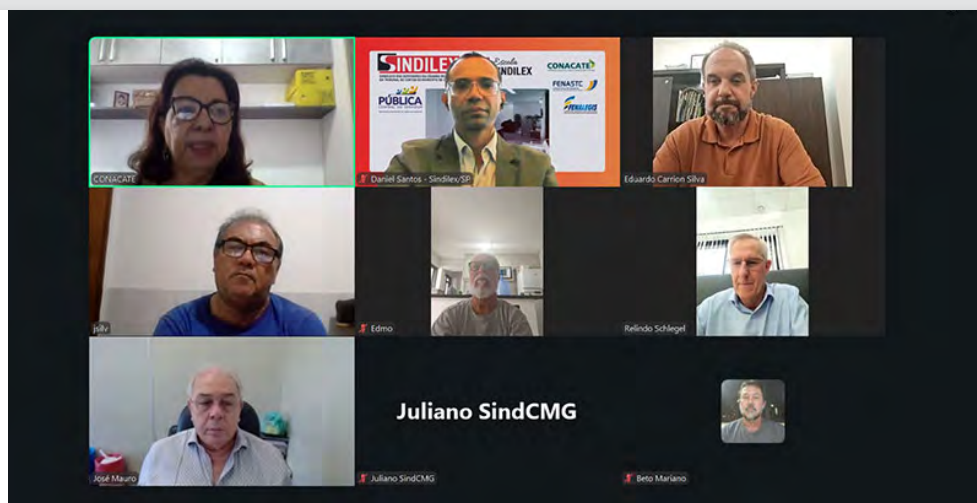
- 1. Evento de posse em 30/01/2026;
- 2. Calendário de Atividades 2026; e
- 3. Reforma Administrativa.



Reunião da Diretoria Executiva da Fenalegis

O vice-presidente Daniel Santos, o secretário-geral adjunto José Mauro e o diretor de Esportes e presidente da Fenalegis participaram da reunião da Diretoria Executiva da Fenalegis para debater a seguinte pauta resumida:

- 1. Reforma Administrativa;**
- 2. Eleições Fenalegis 2026;**
- 3. Previsão orçamentária 2026;**
- 4. Congresso Fenalegis 2026.**



AGENDA EXTERNA

10h

O presidente Miguel Lima esteve presente na cerimônia de passagem de comando do Comando Militar do Sudeste. Estiveram presentes o governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas; o ministro da Defesa, José Múcio; o comandante do Exército, Tomás Paiva; o vereador Major Palumbo; a vereadora Janaína Paschoal; dentre outras autoridades.



Eleição no TCM

Os diretores do Sindilex Daniel Santos, Marcos Alcy e Anne Melnikoff estiveram presentes na Sessão Eleitoral do TCM, que reelegeu o conselheiro Domingos Dissei como presidente, além do conselheiro Ricardo Torres como vice-presidente e do conselheiro Roberto Braguim como corregedor.

QUARTA

17 DE DEZEMBRO

Almoço de Confraternização

Os diretores do Sindilex Daniel Santos, Marcos Alcy e Anne Melnikoff participaram do almoço de confraternização de final de ano do Tribunal de Contas, realizado no restaurante do TCM.

REFORMA ADMINISTRATIVA

em Destaque



DIGA NÃO
AO FIM DO
SERVIÇO PÚBLICO

Sinafresp disponibiliza ferramenta digital para a pressão contra a Reforma Administrativa

O Sinafresp – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo, filiado à Pública Central do Servidor, disponibilizou ferramenta digital que permite qualquer pessoa pressionar contra a aprovação da Reforma Administrativa.

Reforma Administrativa Não! - Envio de e-mails aos parlamentares

Abaixo está a listagem completa dos deputados federais.

Para enviar seu e-mail solicitando que não assinem a PEC da Reforma Administrativa, basta clicar em "clique aqui" ao lado do nome do parlamentar. O e-mail será aberto automaticamente no seu celular já formatado — você só precisará confirmar o envio.

Depois de enviar, retorne a esta página e repita o processo com os demais deputados da lista. Quanto mais mensagens enviarmos, maior será a pressão pela defesa dos serviços públicos!

Presidente

Hugo Motta (REPUBLICANOS) - [Clique aqui](#)

São Paulo

Adilson Barroso (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Adriana Ventura (NOVO-SP) - [Clique aqui](#)

Alencar Santana (PT-SP) - [Clique aqui](#)

Alex Manente (CIDADANIA-SP) - [Clique aqui](#)

Alfredinho (PT-SP) - [Clique aqui](#)

Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Arlindo Chinaglia (PT-SP) - [Clique aqui](#)

Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) - [Clique aqui](#)

Baleia Rossi (MDB-SP) - [Clique aqui](#)

Bruno Ganem (PODE-SP) - [Clique aqui](#)

Capitão Augusto (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Carla Zambelli (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Carlos Sampaio (PSD-SP) - [Clique aqui](#)

Carlos Zarattini (PT-SP) - [Clique aqui](#)

Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) - [Clique aqui](#)

Cezinha de Madureira (PSD-SP) - [Clique aqui](#)

David Soares (UNIÃO-SP) - [Clique aqui](#)

Delegado Bruno Lima (PP-SP) - [Clique aqui](#)

Delegado da Cunha (PP-SP) - [Clique aqui](#)

Delegado Palumbo (MDB-SP) - [Clique aqui](#)

Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Douglas Viegas (UNIÃO-SP) - [Clique aqui](#)

Eduardo Bolsonaro (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Ely Santos (REPUBLICANOS-SP) - [Clique aqui](#)

Erika Hilton (PSOL-SP) - [Clique aqui](#)

Fábio Teruel (MDB-SP) - [Clique aqui](#)

Fausto Pinato (PP-SP) - [Clique aqui](#)

Felipe Becari (UNIÃO-SP) - [Clique aqui](#)

Gilberto Nascimento (PSD-SP) - [Clique aqui](#)

Guilherme Boulos (PSOL-SP) - [Clique aqui](#)

Ivan Valente (PSOL-SP) - [Clique aqui](#)

Jefferson Campos (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Jilmar Tatto (PT-SP) - [Clique aqui](#)

João Cury (MDB-SP) - [Clique aqui](#)

Jonas Donizette (PSB-SP) - [Clique aqui](#)

Juliana Cardoso (PT-SP) - [Clique aqui](#)

Kiko Celeguim (PT-SP) - [Clique aqui](#)

Kim Kataguirí (UNIÃO-SP) - [Clique aqui](#)

Luiz Carlos Motta (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Luiza Erundina (PSOL-SP) - [Clique aqui](#)

Marangoni (UNIÃO-SP) - [Clique aqui](#)

Marcio Alvino (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) - [Clique aqui](#)

Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) - [Clique aqui](#)

Mario Frias (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Mauricio Neves (PP-SP) - [Clique aqui](#)

Miguel Lombardi (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Nilto Tatto (PT-SP) - [Clique aqui](#)

Orlando Silva (PCdoB-SP) - [Clique aqui](#)

Paulinho da Força (SOLIDARIEDADE-SP) - [Clique aqui](#)

Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP) - [Clique aqui](#)

Paulo Freire Costa (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Pr. Marco Feliciano (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP) - [Clique aqui](#)

Renata Abreu (PODE-SP) - [Clique aqui](#)

Ribamar Silva (PSD-SP) - [Clique aqui](#)

Ricardo Salles (NOVO-SP) - [Clique aqui](#)

Rodrigo Gambale (PODE-SP) - [Clique aqui](#)

Rosana Valle (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Rosangela Moro (UNIÃO-SP) - [Clique aqui](#)

Rui Falcão (PT-SP) - [Clique aqui](#)

Sâmia Bomfim (PSOL-SP) - [Clique aqui](#)

Saulo Pedroso (PSD-SP) - [Clique aqui](#)

Simone Marquetto (MDB-SP) - [Clique aqui](#)

Tabata Amaral (PSB-SP) - [Clique aqui](#)

Tiririca (PL-SP) - [Clique aqui](#)

Vicentinho (PT-SP) - [Clique aqui](#)

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) - [Clique aqui](#)

Vitor Lippi (PSDB-SP) - [Clique aqui](#)

SINDICALISMO PELO BRASIL



Senado aprova Descongelamento com ampla maioria

O Senado Federal fez história nesta terça-feira, 16 de dezembro, ao aprovar o Projeto de Lei Complementar 143/2020, o Descongela Já, garantindo o reconhecimento do tempo de serviço dos servidores públicos durante a pandemia. O texto foi aprovado em regime de urgência no dia 10, mas teve a tramitação suspensa após pressão das entidades e parlamentares contra a Emenda nº 2, apresentada pelo senador Flávio Arns (PSB-PR), que tornava o projeto autorizativo.

A votação foi adiada para a sessão do dia 16 e teve a votação de mérito aprovada, com apenas dois votos contrários, seguindo a mobilização intensa da Pública Central do Servidor e entidades representativas.

DESCRIÇÃO	RESULTADO
Altera a LC nº 173/2020 para prever a autorização de pagamentos retroativos de anuênio, triênio, quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio e mecanismos equivalentes a servidores públicos de entes federativos que decretaram estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19.	SIM 62 NÃO 2 ABSTENÇÃO 2 PRESIDENTE 1 QUORUM 67 Votação Aberta Quorum Qualificado
Projeto de Lei Complementar 143/2020	
RETROATIVO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES ◀	

O presidente da Pública, José Gozze, o vice-presidente da Pública, Wanderci Polaquini, o diretor de Organização Política, Assuntos Parlamentares e Institucionais da Pública, Celso Malhani, o presidente da estadual Pública Maranhão, Gustavo Victorio, e comitivas das filiadas AAJUMP e Sinafresp acompanharam a votação diretamente do Plenário do Senado.

O PLP 143/2020, de autoria original da senadora Dorinha Seabra (União-TO) quando era deputada federal, garante o reconhecimento dos 583 dias de tempo de serviço que ficaram suspensos pela Lei Complementar 173/2020. A proposta inclui o PLP 21/2023, de autoria da deputada federal Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP), que autoriza todos os entes federativos (União, estados e municípios) a devolverem os valores confiscados e a contabilizarem o tempo para progressões, anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte e licença-prêmio.

A vitória no Senado repete o sucesso da Câmara dos Deputados, onde o projeto já havia sido aprovado sem alterações. Com a aprovação, o texto segue agora para sanção presidencial.

A sessão pode ser vista clicando [aqui](#)

Fonte: [Pública Central do Servidor](#)



SINDICALISMO PELO BRASIL

Pesquisa Vox Populi: 70% avaliam que sindicatos são importantes, e greve, um direito



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

Pesquisa ouviu 3.850 trabalhadores, incluindo assalariados com e sem carteira assinada, autônomos, empreendedores, servidores públicos, trabalhadores de aplicativos, desempregados e aposentados

INDO NA CONTRAMÃO do senso comum, 68% dos trabalhadores brasileiros consideram sindicatos importantes ou muito importantes para a defesa dos direitos e a melhoria das condições de trabalho. É o que aponta pesquisa Vox Populi “O Trabalho e o Brasil”. Além disso, mais de 70% defendem o direito de greve.

A pesquisa, encomendada pela CUT e Fundação Perseu Abramo, com apoio do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e do Fórum das Centrais Sindicais, ouviu presencialmente 3.850 trabalhadores, incluindo assalariados com e sem carteira assinada, autônomos, empreendedores, servidores públicos, trabalhadores de aplicativos desempregados e aposentados. A margem de erro é de 1,6 ponto.

Do universo dos trabalhadores, 52% apontam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a atuação sindical. Entre autônomos e empreendedores, grupo historicamente mais distante do movimento, quase metade (49%) gostaria de se filiar a um sindicato.

“Os números surpreenderam. Sabíamos que não era o que setores da sociedade afirmavam, que sindicatos não são representativos ou têm legitimidade. Mas a pesquisa mostra que os diferentes seguimentos de um mercado de trabalho heterogêneo, com celetistas, trabalhadoras domésticas, autônomos, entre outros, apontam que o sindicato é importante. Mas também que o ele precisa estar mais próximo dos trabalhadores”, afirma a socióloga Adriana Marcolino, diretora técnica do Dieese.

Do total, 68% dos entrevistados veem contribuição direta para a melhoria de salários e condições de trabalho, 67,8% avaliam que eles colaboram para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, valorizam a mediação com empresas, 67,1% destacam a importância da negociação ou mediação entre os trabalhadores e as empresas e 64,3% destacam essas instituições na defesa dos direitos dos trabalhadores. Esse reconhecimento é maior entre jovens e nas regiões Nordeste e Sul do país.

Apesar disso, 52,4% afirmam não conhecer as ações concretas das entidades que os representam.

Quando questionados sobre o que os sindicatos deveriam fazer para representar melhor os trabalhadores, os entrevistados apontam principalmente a necessidade de maior presença no local de trabalho (49,4%), melhor comunicação (37,5%) e oferta de cursos de qualificação (29,6%).

Em relação às prioridades da ação sindical, predominam demandas por melhores salários (63,8%), geração de bons empregos (36,6%), saúde e segurança (26,6%), redução da jornada (21%) e combate à discriminação (18%). O tema do fim da jornada de seis dias de trabalho para cada um de descanso ganhou fôlego e deve ser uma das pautas da eleição presidencial de 2026.



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Vereadores reelegem Ricardo Teixeira Presidente da Câmara

A reeleição mostra a vitória do prefeito Nunes na disputa que fez rachar a base governista.

Após o racha entre a base governista e o União Brasil, Ricardo Teixeira (União Brasil) foi reconduzido, nesta segunda-feira (15/12) ao comando da Câmara Municipal de São Paulo.

A recondução de Teixeira representa uma vitória do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e de seus aliados, que encamparam a candidatura do atual presidente.

Com apoio quase unânime na Casa, Teixeira foi o candidato único da disputa. Foram 49 votos a seu favor e apenas os vereadores do PSol se abstiveram da votação.

Após a eleição do presidente, os vereadores iniciaram a votação da Mesa Diretora, que ficou assim definida:

1ª vice-presidência - vereador João Jorge (MDB);

2ª. vice-presidência -vereador Isac Félix (PL);

1º secretário - vereador Senival Moura (PT);

2º secretário – vereador Gabriel Abreu (PODE);

1ª suplência - vereador Major Palumbo (PP);

2ª suplência - vereadora Edir Sales (PSD)

Corregedor Geral – vereador Sargento Nantes (PP)

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



Conselheiros reconduzem Domingos Dissei ao comando do TCMSP

Por unanimidade, o colegiado do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) reelegeu, nesta terça-feira (16/12), no Plenário da Corte, o Conselheiro Domingos Dissei à Presidência da instituição para o exercício de 2026.

Na mesma escolha, o Conselheiro Ricardo Torres seguirá como Vice-Presidente e o Conselheiro Roberto Braguim permanecerá no posto de Corregedor.

O Conselheiro João Antônio seguirá comandando a Escola de Gestão e Contas (EGC), assim como o Conselheiro Eduardo Tuma manterá a direção do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI).

TEXTOS CRÍTICOS

Imagem meramente ilustrativa: Reprodução



Marco temporal e políticas do tempo: raízes de um equívoco histórico

RESUMO

O artigo analisa a política do tempo que fundamenta a criação, aplicação e justificação do “marco temporal de ocupação”. Argumento que essa política está centrada na imposição do critério da atualidade da ocupação indígena, tendo como referência a data da promulgação da Constituição. Demonstro que a principal justificativa histórica da tese está fundada em uma interpretação equivocada sobre a história de uma disputa conceitual ocorrida na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em torno do conceito de “posse imemorial”. Com base em pesquisa na documentação da ANC, jurisprudência do STF, documentos legislativos e matérias da imprensa, reconstituo essa história e mostro como esse equívoco se estabeleceu no discurso jurídico e político. Além de demonstrar a viabilidade analítica da categoria “políticas do tempo” para a pesquisa histórica, o argumento proposto neste artigo também reforça a inconstitucionalidade do marco temporal.

DEFINIÇÃO PRELIMINAR DE “MARCO TEMPORAL”

O marco temporal de ocupação é uma tese jurídica formulada em 2009 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no contexto do julgamento do caso da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol (PET n. 3.388/RR)¹. A tese estabelece que as populações indígenas do Brasil teriam reconhecidos seus “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” apenas se essas comunidades estivessem presentes na área reivindicada na data da promulgação da Carta Magna - 05 de outubro de 1988. Assim, a comprovação da *tradicionalidade* de uma ocupação, conforme prevê o Artigo 231 da Constituição Federal citado na epígrafe, exigiria, segundo o marco temporal, a demarcação de uma data de referência para determinar se uma área estava efetivamente ocupada por comunidades indígenas.

Desde 2009, o marco temporal foi sistematicamente aplicado pelo STF para indeferir a demarcação de algumas terras indígenas e anular outras já homologadas pelo Estado brasileiro (cf. [Cunha; Barbosa, 2018](#)). Contudo, em setembro de 2023, a mesma corte estabeleceu a inconstitucionalidade do marco temporal, em decisão com direito a repercussão geral sobre o caso da TI Ibirama-La Klãnõ (RE n. 1.017.365/SC). No entanto, essa decisão não encerrou o assunto; de forma concomitante ao referido julgamento, a bancada conservadora do Congresso Nacional acelerou a aprovação do Projeto de Lei (PL) n. 2903/23, que gerou a Lei n. 14.701/23, um dispositivo infraconstitucional que legaliza o marco temporal. O veto do presidente Lula da Silva ao projeto de lei foi derrubado pelo parlamento, mas já corre no STF ações de inconstitucionalidade. Assim, a disputa política em torno do marco temporal está no centro da tensão entre os poderes da República que caracteriza o atual quadro de instabilidade política no país.

ATUALIDADE COMO CRITÉRIO TEMPORAL RESTRITIVO AOS DIREITOS INDÍGENAS

O marco temporal tenta estabelecer os limites temporais precisos para determinar o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas pelo Estado brasileiro. Esses limites convergem na produção de um tipo de

“tempo presente” que, definido por meio de sua datação, é consagrado como o “insubstituível referencial” (conforme a definição de Ayres Britto citada acima) para determinar a extensão das terras indígenas. Essa forma do tempo presente se traduz da seguinte forma: somente as áreas que estavam *atualmente* ocupadas no dia da promulgação da Constituição devem ser reconhecidas como “terra indígena”. O que existia antes (e o que existirá depois) daquela data pontual não deve ser considerado para efeitos legais. Apenas a *atualidade* de uma ocupação que estava dada como um fato em 05 de outubro de 1988 possuiria validade legal.

No caso do marco temporal, o ato de datar o tempo significa, em termos práticos, introduzir a atualidade como um critério temporal restritivo aos direitos indígenas. Atualidade no sentido de um tipo de tempo presente subtraído de elos processuais significativos com passados e futuros. Essa forma de operar com o tempo impacta a compreensão sobre a historicidade das relações entre povos indígenas e o Estado nacional em diversos níveis. Ela tende a apagar a vigência do passado no presente em nome de uma atualidade pontual e isolada, ocultando assim os efeitos das violências, genocídio, expulsões e deslocamentos forçados a que os povos indígenas foram historicamente submetidos. É essa forma de presente des-historicizado que caracterizo aqui como *atualidade*⁴. Ela implica que as comunidades indígenas que foram removidas das suas terras no passado (inclusive por ações cometidas pelo próprio Estado ou por particulares) não teriam seus direitos territoriais reconhecidos.

Ao estabelecer a atualidade da ocupação como critério de validação dos direitos indígenas, o marco temporal realiza uma espécie de congelamento da história a partir da fixação de uma data, eliminando do horizonte do direito os processos históricos de deslocamento, retomada e resistência indígena. Sob essa ótica, a ocupação territorial indígena não é percebida de forma processual e histórica, mas como um “fato” simplesmente dado em uma data arbitrária, tal como uma “fotografia” ou “chapa radiográfica”, duas metáforas usadas pelos ministros do STF durante o julgamento da TI Raposa

Serra do Sol em 2009 para justificar o marco temporal - e que notavelmente excluem a ideia de movimento da história⁵. Em suma, o marco temporal produz uma atualidade desprovida de densidade histórica. A tese des-historiciza o direito em nome da atualidade simplesmente dada em uma data arbitrariamente definida.

Extrato do artigo “Marco temporal e políticas do tempo: raízes de um equívoco histórico”, Revista Brasileira de História, Scielo Brasil.

Leia o artigo completo [clcando aqui](#)

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

Países que reverteram a privatização da Previdência: lições para o Brasil



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

Em 2018, a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** encerrou um estudo que revelou que, dos 30 países que privatizaram suas previdências, 18 já tinham revertido, ao menos em parte, a privatização.

Foram 13 países na Europa Oriental e 5 na América Latina. São eles: Venezuela (2000), Equador (2002), Nicarágua (2005), Bulgária (2007), Argentina (2008), Eslováquia (2008), Estônia, Letônia e Lituânia (2009), Bolívia (2009), Hungria (2010), Croácia, Macedônia (2011), Polônia (2011), Rússia (2012), Cazaquistão (2013), República Tcheca (2016) e Romênia (2017).

Segundo esse estudo, a reestatização apresentou resultados positivos, com a melhoria do sistema previdenciário, a baixa de custos administrativos,

o aumento da cobertura da previdência e o aumento do valor das aposentadorias, em especial para a população mais vulnerável.

A submissão aos riscos do mercado financeiro e suas aventuras com produtos sem transparência e sem lastro tem colocado tanto os regimes próprios como os fundos de pensão em uma situação vulnerável, ameaçando as aposentadorias da classe trabalhadora e as pensões.

Ao mesmo tempo, tenta-se aprofundar novas reformas administrativa e da previdência, que ampliam a precarização do trabalho no setor público e acabam determinando a dimensão da contribuição dos trabalhadores a esses regimes próprios e fundos.

Adicionalmente, prossegue, nos grandes meios de comunicação, a tentativa de demonizar os servidores públicos como determinantes no aumento dos gastos públicos, encobrindo a verdadeira causa do rombo das contas públicas, que está na política de juros altos, estabelecida pelo Banco Central sob a falsa justificativa de combater a inflação.

No Brasil, a elevação de juros não serve para combater o tipo de inflação que temos aqui, que não decorre de uma suposta demanda aquecida, mas tem sido provocada pelo aumento de preços administrados pelo governo, além da elevação de preços de alimentos, principalmente por causa dos privilégios do grande agronegócio de exportação.

Extraído do texto: A crise do Banco Master e sua repercussão sobre os regimes próprios de previdência

Fonte: Portal da Auditoria Cidadã da Dívida

<https://auditoriacidada.org.br/>



ALERTA JURÍDICO



COMUNICADO AOS CREDORES

Atualização Importante sobre Precatórios, Acordos e Prioridades

Em razão da aprovação da PEC 66/23, que resultou na Emenda Constitucional nº 136, informamos que **todos os pagamentos de precatórios estão temporariamente suspensos**, incluindo Prioridades e Acordos no âmbito do Estado e do Município de São Paulo.

A Emenda determinou novo recálculo dos precatórios, substituindo a correção pela Taxa Selic pelo **IPCA + 2% de juros ao ano**.

O **recesso forense ocorrerá de 19/12/2025 a 21/01/2026**, e a expectativa é de que o andamento regular dos processos seja retomado a partir da segunda quinzena de 2026.

Os **pedidos de Acordos Municipais/SP** já foram protocolados e estão em análise na Procuradoria Geral do Município.

Os **Acordos Estaduais/SP** estão com análise suspensa, em razão do fechamento temporário da janela de pedidos pela Procuradoria Geral do Estado, com previsão inicial de retorno em 15/12/2025, podendo ser prorrogada.

Os **pedidos de Prioridade** também foram protocolados e aguardam o novo recálculo para pagamento.

Quanto ao **levantamento de RPV**, havendo valor disponível, o procedimento segue normalmente; caso contrário, será necessário aguardar o novo recálculo conforme a Emenda Constitucional nº 136.

A DGM encerrará suas atividades em **19/12/2025**, com retorno em **12/01/2026**.
Desejamos um **Feliz Natal e um Abençoado Ano Novo**.

Atenciosamente,

Equipe DGM Precatórios

Gonçalves & Monteiro – Assessoria em Precatórios

Dúvidas: **Talita – (11) 96690-5403**

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais

Curso de Língua Italiana

**Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro oferece
25% de desconto aos filiados Sindilex**

Turmas intensivas presenciais a partir de janeiro de 2026



[Confira aqui](#)

Curso de Língua Italiana

Un colore tutto mio



La salsa Senape

ONLINE
TRIMESTRAL

INÍCIO
19/01/26

INSTITUTO CULTURAL ITALO BRASILEIRO
Ente Promotore do Ministero degli Affari Esteri e della Cooperazione Internazionale



Curso de Língua Italiana

Un colore tutto mio



Il fiori Lilla

INTENSIVO
ONLINE

INÍCIO
16/01/26

INSTITUTO CULTURAL ITALO BRASILEIRO
Ente Promotore do Ministero degli Affari Esteri e della Cooperazione Internazionale



[Confira aqui](#)

WhatsApp (11) 98237-4238 (11) 98554-9081

Rua Frei Caneca, 1071 Consolação – São Paulo

O desconto não se aplica a aulas particulares nem é cumulativo com outros cursos ou promoções

TOTAL **PASS**

CONHEÇA O PLANO GRÁTIS DA TOTALPASS!

Com o **TP Free**, você tem acesso a:

TOTAL **PLAY**

Nossa plataforma online com mais de **700 treinos**, **20 modalidades**, receitas fit, meditação e yoga.

zen

Um aplicativo de meditação guiada com mais de **400 áudios disponíveis**.

Essa é a sua chance de **experimentar a TotalPass** (e se apaixonar!) ♥

Acesse o link ou aponte a câmera do seu celular para o QR Code e **faça seu cadastro**:



Ainda não tem o app TotalPass?

Faça o download na Google Play ou App Store.



bit.ly/aplicativo-totalpass

*O cadastro vai pedir seu cartão de crédito, mas não se preocupe, nenhum valor será cobrado.

#VEMTOTALIZAR


**Clube de
DESCONTOS**
Sou sindicalizado

SINDILEX
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

[Saiba mais sobre o Total Pass clicando aqui](#)

MASSOTERAPIA



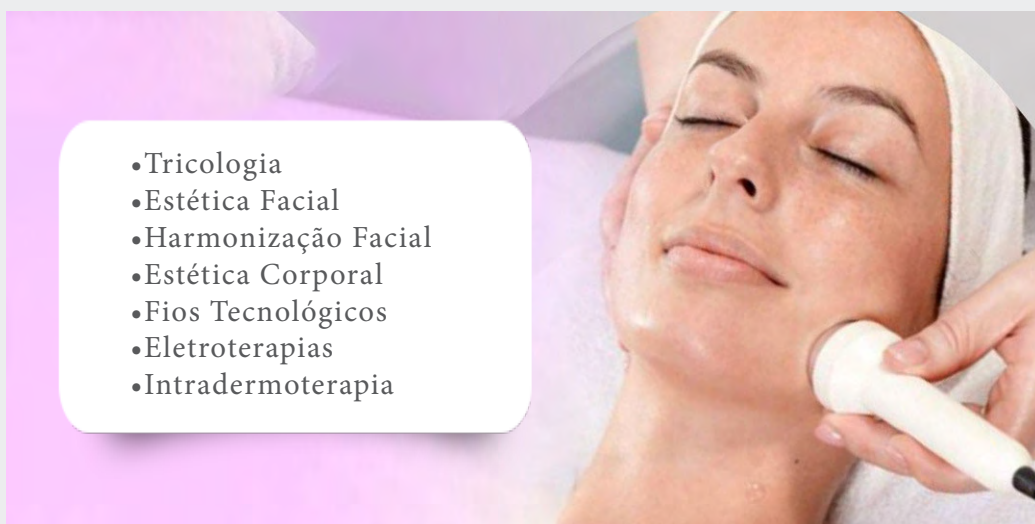
Melhores benefícios da *Drenagem Linfática*

1. Redução de inchaços e edemas;
2. Eliminação de toxinas acumuladas;
3. Melhora a circulação, contribuindo para uma pele mais saudável;
4. Alívio de dores musculares;
5. Redução da celulite ao melhorar a circulação e reduzir o surto;
6. Relaxamento e redução de estresse;
7. Fortalecimento do sistema imunológico;
8. Melhora a digestão, pois ajuda na movimentação do sistema digestivo

ESTÉTICA AVANÇADA

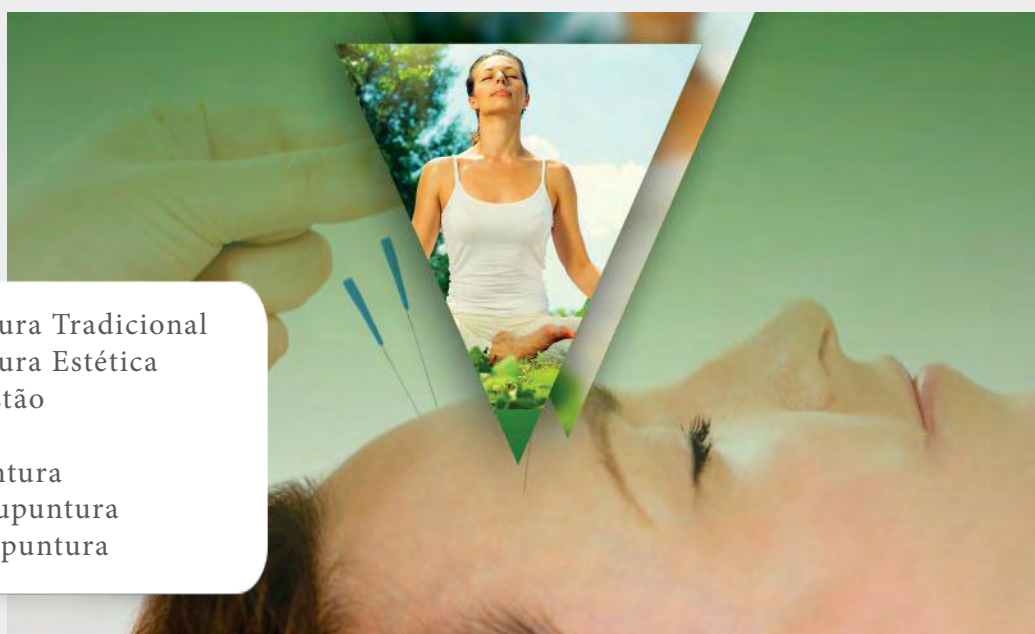
DRA. MARGARETE HAMAMURA

- Tricologia
- Estética Facial
- Harmonização Facial
- Estética Corporal
- Fios Tecnológicos
- Eletroterapias
- Intradermoterapia



MEDICINA TRADICIONAL CHINESA

- Acupuntura Tradicional
- Acupuntura Estética
- Moxabustão
- Ventosas
- Laserpuntura
- Eletroacupuntura
- Auriculopuntura



AGENDE SUA CONSULTA:  (11) 96607.9578

Mensagem de Final de Ano!

Caras servidoras e caros servidores,

Encerramos mais um ano de muito trabalho, desafios e conquistas coletivas. Cada avanço obtido ao longo de 2025 é resultado direto da união, da participação e da confiança de todos vocês no trabalho do Sindilex.

Superamos barreiras, fortalecemos o diálogo institucional e defendemos, com firmeza e responsabilidade, os direitos dos servidores. Juntos, garantimos importantes pautas, avançamos em negociações e reafirmamos o valor do servidor público para o pleno funcionamento da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e para o serviço prestado à população.

Nada disso seria possível sem o empenho de cada colega que compõe nossa base. A força do Sindilex nasce da categoria e da convicção de que somente com união conseguiremos manter e ampliar nossas conquistas.

Nosso especial agradecimento às funcionárias e a Diretoria do Sindilex pelo apoio e atenção às demandas da categoria.

Que o próximo ano traga novas oportunidades, mais justiça, reconhecimento e condições dignas de trabalho para todos. Seguimos firmes, atentos e mobilizados, sempre em defesa dos servidores e do serviço público de qualidade.

Desejo a cada um e a cada uma um final de ano de paz, saúde, renovação e esperança. Que 2026 seja um ano de ainda mais conquistas coletivas.

Com gratidão e respeito,

Miguel Lima
Presidente do Sindilex

BOAS FESTAS!

Que este tempo de Natal renove a
esperança, a fé na vida e a força interior.

Que o novo ano chegue com paz,
cuidado e caminhos abertos.

Seguimos juntos.

SINDILEX



COMUNICADO AVISO RECESSO

*Informamos que estaremos em
recesso no período de
20/12/2025 a 04/01/2026.*

*Retornaremos às atividades
no dia **05/01/2026.***

Equipe

SINDILEX
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

